

Plano Anual  
de Aplicação  
Regionalizada

**PAAR - 2016**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

---

**PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA**  
**PAAR – 2016**

---

Dezembro/2015

## Introdução

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), criado pela Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, constitui-se como um fundo público de natureza contábil, cuja finalidade é fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor florestal.

O FNDF é gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e conta com um Conselho Consultivo, composto por entes governamentais e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação.

O objetivo deste Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) é comunicar à sociedade as estratégias de apoio a projetos pelo FNDF para o ano de 2016, apresentando suas prioridades de atuação e orientando quanto às possibilidades de acesso, bem como disponibilizando elementos para o controle social quanto a sua implementação.

Anualmente, no PAAR do FNDF, conforme determina o artigo 5º do Decreto nº 7.167/2010, devem constar as seguintes informações:

1. Carteira de projetos em execução, o volume de recursos já contratado e a estimativa de recursos disponíveis para aplicação;
2. Indicação de áreas, temas e regiões prioritários para aplicação dos recursos no período de vigência; e
3. Indicação das modalidades de seleção, formas de aplicação e respectivos volumes dos recursos disponíveis.

Ressalta-se que o Plano Anual de Aplicação Regionalizada busca complementar as políticas e planos governamentais correlacionados aos temas prioritários, dentre os quais cabe destacar:

- a) **Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 e Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004** – Sistema Nacional de Sementes e Mudas, que objetiva garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional;
- b) **Lei nº 11.284/2006** – Lei de Gestão de Florestas Públicas e seus regulamentos;

- c) **Lei nº 11.326/2006** – Institui a Política Nacional de Agricultura Familiar;
- d) **Lei nº 12.187/2009** – Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- e) **Lei nº 12.188/2010** – Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER;
- f) **Lei nº 12.651/2012** – Código Florestal Brasileiro e seus regulamentos;
- g) **Lei nº 12.854/2013** – Determina que o Governo Federal incentive e fomenta, dentro dos programas e políticas públicas ambientais já existentes, ações de recuperação florestal e implantação de sistemas agroflorestais em áreas de assentamento rural ou em áreas degradadas que estejam em posse de agricultores familiares assentados, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas;
- h) **Decreto nº 6.874/2009** – Institui o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- i) **Decreto nº 7.775/2012** – Institui o Programa de Aquisição de Alimentos para incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- j) **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012** – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO – Destina-se a integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis;
- k) **Decreto-Lei 79/1966 e Lei nº 11.775/2008** – PGPM-Bio – Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade que respectivamente instituiu normas para fixação de preços mínimos para produtos agropecuários e permitiu a modalidade de subvenção direta aos extrativistas de forma que os mesmos recebam um bônus caso efetuem a venda do seu produto por preço inferior ao preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal;
- l) **Portaria Interministerial nº 54 de 12 de novembro de 2013** – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO – Destina-se a implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais;

- m) **Portaria Interministerial nº 1, de 21 de dezembro de 2015** – Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar – Destina-se a ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas ao território, fortalecendo sistemas agroalimentares de base agroecológica, por meio do apoio a programas e ações destinados a produção, melhoramento, resgate, conservação, multiplicação e distribuição desses materiais propagativos;
- n) **Portaria Interministerial nº 380 de 11 de dezembro de 2015** – Plano Nacional para o Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – Planafe – Destina-se a promover a adequação e integração de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida, a promoção dos direitos humanos e o fomento à produção sustentável aliada à conservação em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal, Projetos de Assentamentos Ambientalmente Diferenciados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e áreas destinadas a ribeirinhos detentores do Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS de áreas da União com reconhecimento da Secretaria de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- o) **Portaria MMA nº 225 de 16 de julho de 2015** – Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF para 2016; e
- p) **Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa** – Planaveg (em consulta pública, MMA) – possui o objetivo de ampliar e fortalecer as políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agropecuárias e outras medidas para recuperação de mais de 12 milhões de hectares nos próximos 20 anos. Terão prioridade as áreas de Reserva Legal, de Preservação Permanente e as degradadas com baixa produtividade.

## 1. Carteira de Projetos

Desde sua regulamentação em 2010, o FNDF lançou 19 chamadas públicas (Tabela 1) e um edital (Tabela 5), contemplando quatro biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica e abrangendo ações de fortalecimento da produção de sementes e mudas, do manejo florestal sustentável, do manejo florestal e comunitário e familiar, do manejo florestal comunitário e familiar, de apoio e fomento à execução de assistência técnica florestal, capacitação e agregação de valor às cadeias de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Os principais públicos beneficiários são agricultores familiares, comunidades tradicionais e técnicos da assistência técnica e extensão rural com atuação na área florestal.

Tabela 1: Chamamentos públicos lançados pelo FNDF desde 2010 até 2015.

Chamada/Ano	Bioma	Objeto	Situação em 31/12/2015
1/2010	Mata Atlântica	Fortalecimento da produção de sementes de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região nordeste	Projetos encerrados
2/2010	Mata Atlântica	Fortalecimento da produção de mudas de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região nordeste	Projetos encerrados
3/2010	Caatinga	Fortalecimento do manejo florestal sustentável da Caatinga junto a Assentamentos no estado Piauí	Projetos em execução
4/2010	Amazônia	Fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar nas Reservas Extrativistas da região norte	Projetos encerrados
1/2012	Caatinga	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga	Projetos em execução
8/2012			
2/2012	Caatinga	Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal de uso múltiplo da Caatinga	Projetos encerrados
3/2012	Caatinga	Capacitação de técnicos e extensionistas para o fortalecimento do manejo florestal de uso múltiplo da Caatinga	Projetos encerrados

<b>Chamada/Ano</b>	<b>Bioma</b>	<b>Objeto</b>	<b>Situação em 31/12/2015</b>
4/2012	Caatinga	Assistência técnica para a promoção do uso sustentável de recursos florestais da Caatinga em polos industriais	Projetos encerrados
9/2012			
5/2012	Amazônia	Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia	Projetos encerrados
6/2012	Amazônia	Capacitação de técnicos e extensionistas para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia	Projetos encerrados
7/2012	Amazônia	Capacitação e assistência técnica para o fortalecimento da gestão de negócios florestais na Amazônia	Projetos encerrados
1/2013	Amazônia	Capacitação e assessoria para o fortalecimento da gestão de empreendimentos florestais de base comunitária na Amazônia	Projetos em contratação
2/2013	Amazônia	Assessoria para a comercialização de produtos florestais de Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Amazonas e Pará	Projetos em execução
3/2013	Amazônia	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia	Projetos encerrados
4/2013	Cerrado	Assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária no Cerrado	Projetos em execução
5/2013	Caatinga - Piauí	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga	Projetos em execução
	Caatinga - Ceará		
6/2013	Caatinga	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Caatinga	Projetos encerrados

<b>Chamada/Ano</b>	<b>Bioma</b>	<b>Objeto</b>	<b>Situação em 31/12/2015</b>
Edital 1/2015	Caatinga Semiárido	Apoio às inscrições de imóveis rurais da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais no Cadastro Rural Ambiental na região do Semiárido <sup>1</sup>	Projetos em execução

Estes 20 chamamentos públicos tiveram como resultado 199 projetos selecionados (150 projetos selecionados pelas chamadas públicas e 49 projetos habilitados pelo Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015). Alguns projetos não foram realizados em razão dos contratos administrativos terem sido rescindidos. Contabiliza-se a contratação e execução de 141 projetos (Tabela 2). Dos projetos contratados, 65 ainda estão em execução, nos anos de 2016 e 2017, perfazendo ao todo 11 contratos administrativos fiscalizados e monitorados pelo FNDF (Tabela 1): sete contratos administrativos oriundos das chamadas públicas e quatro Acordos de Cooperação Financeira em razão do Edital.

O FNDF lançou chamadas públicas nos anos de 2010, 2012 e 2013 e o publicou o Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 no ano de 2015. Os projetos contratados estão indicados a seguir (Tabela 2) por ano da seleção dos chamamentos públicos, conforme bioma e a proporcionalidade quanto ao número de projetos contratados. Até o dia 31/12/2015, foram contratadas somente quatro instituições classificadas e habilitadas do Edital, a última instituição a ser contratada está aguardando convocação pela Regional da Caixa para assinatura do Acordo de Cooperação Financeira.

<sup>1</sup> O bioma predominante na região do Semiárido Brasileiro é a Caatinga.



Tabela 2: Distribuição por bioma dos projetos contratados pelo FNDF em razão dos chamamentos públicos lançados nos anos de 2010, 2012, 2013 e do edital publicado em 2015, até 31/12/2015.

BIOMA	Ano dos Chamamentos Públicos				TOTAL/BIOMA
	2010	2012	2013	2015	
	Quantidade de projetos contratados				
<b>Amazônia</b>	6	6	7	0	19
<b>Caatinga</b>	9	54	38	4	105
<b>Cerrado</b>	0	0	5	0	5
<b>Mata Atlântica</b>	12	0	0	0	12
<b>TOTAL</b>	27	60	50	4	141

A distribuição por bioma de projetos contratados pelo FNDF, nos anos de 2010, 2012, 2013 e 2015, encontra-se ilustrada no Gráfico 1. O bioma Caatinga se destaca como o bioma com maior número de projetos contratados que totalizaram 105 projetos (Tabela 2) entre 2010 e 2015. Este esforço investido perfaz 74% dos contratos já executados pelo FNDF e tem como principal investidor o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (FNMC/MMA), na linha de adaptação às mudanças climáticas. O SFB conta na sua Unidade Regional/NE, localizada em Natal, com oito Analistas Ambientais que executam as atividades de mapeamento de demandas e monitoramento técnico dos contratos administrativos. Para a região Norte as chamadas públicas tiveram como objetivo valorizar a qualificação da Assistência Técnica de Extensão Rural, com ênfase nas atividades florestais madeireiras e não madeireiras em cursos de capacitação com carga horária de mais de 120h, incluindo dias de campo e aulas práticas e o fortalecimento dos empreendimentos comunitários com produtos florestais, nos estados listados na Tabela 3. Nessa região, a UR/BR-163, localizada em Santarém/PA, possui em seu quadro técnico 12 Analistas Ambientais.

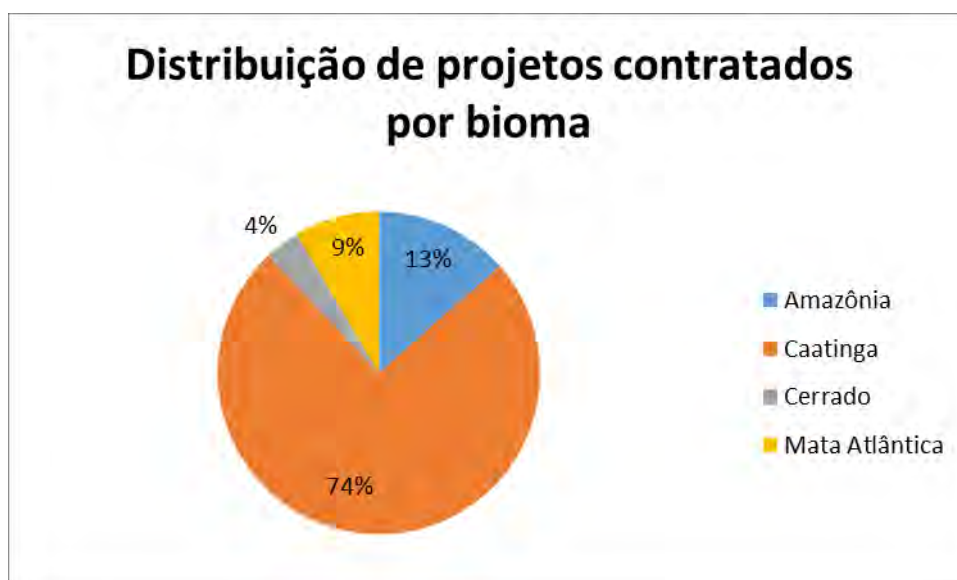


Gráfico 1: Distribuição de projetos contratados por bioma pelo FNDF até 31/12/2015.

Os projetos contratados, tanto das chamadas públicas quanto do edital, abrangem 13 estados brasileiros, sendo um na região Sudeste, um na região Centro oeste, três na região Norte e oito na região Nordeste. Os estados brasileiros contemplados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição geográfica dos projetos contratados do FNDF até o momento considerando as chamadas públicas e o edital.

Região geográfica	Unidade da Federação
Sudeste	Minas Gerais
Centro Oeste	Goiás
Norte	Amapá, Amazonas, Pará
Nordeste	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte

A Tabela 4 compila os dados das metas inicialmente previstas<sup>2</sup> dos 141 projetos contratados pelo FNDF desde sua regulamentação em 2010, incluindo o edital.

Tabela 4: Compilação das metas dos projetos do FNDF.

DESCRIÇÃO	META FÍSICA
Pessoas Capacitadas em atividades Florestais (quatro biomas)	1.478
Famílias contempladas com ATER (Amazônia, Caatinga)	2.090
Famílias contempladas com assessoria para a melhoria da gestão de negócios florestais de base comunitária (Amazônia e Cerrado)	3.703
Número de negócios florestais de base comunitária apoiados (Cerrado e Amazônia)	24
Número de Assentamentos na Caatinga	71
Hectares sob manejo na Caatinga	25.959
Número de cadastros ambientais rurais inscritos no SICAR	56.394

Como divulgado no PAAR de 2015, o FNDF focaria suas ações na “assistência técnica e extensão florestal”, “recuperação de áreas degradadas com espécies nativas” e “aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais”. As áreas prioritárias seriam apoiadas por meio de duas ações: *Fomento à recuperação florestal* e *Promoção do manejo florestal*.

Na área prioritária de *Fomento à recuperação florestal*, o FNDF divulgou em 30 de julho de 2015 o Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 – Apoio às inscrições de imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Ambiental Rural na região do Semiárido, divulgado no Diário Oficial da União nº 144, página 110, seção 3.

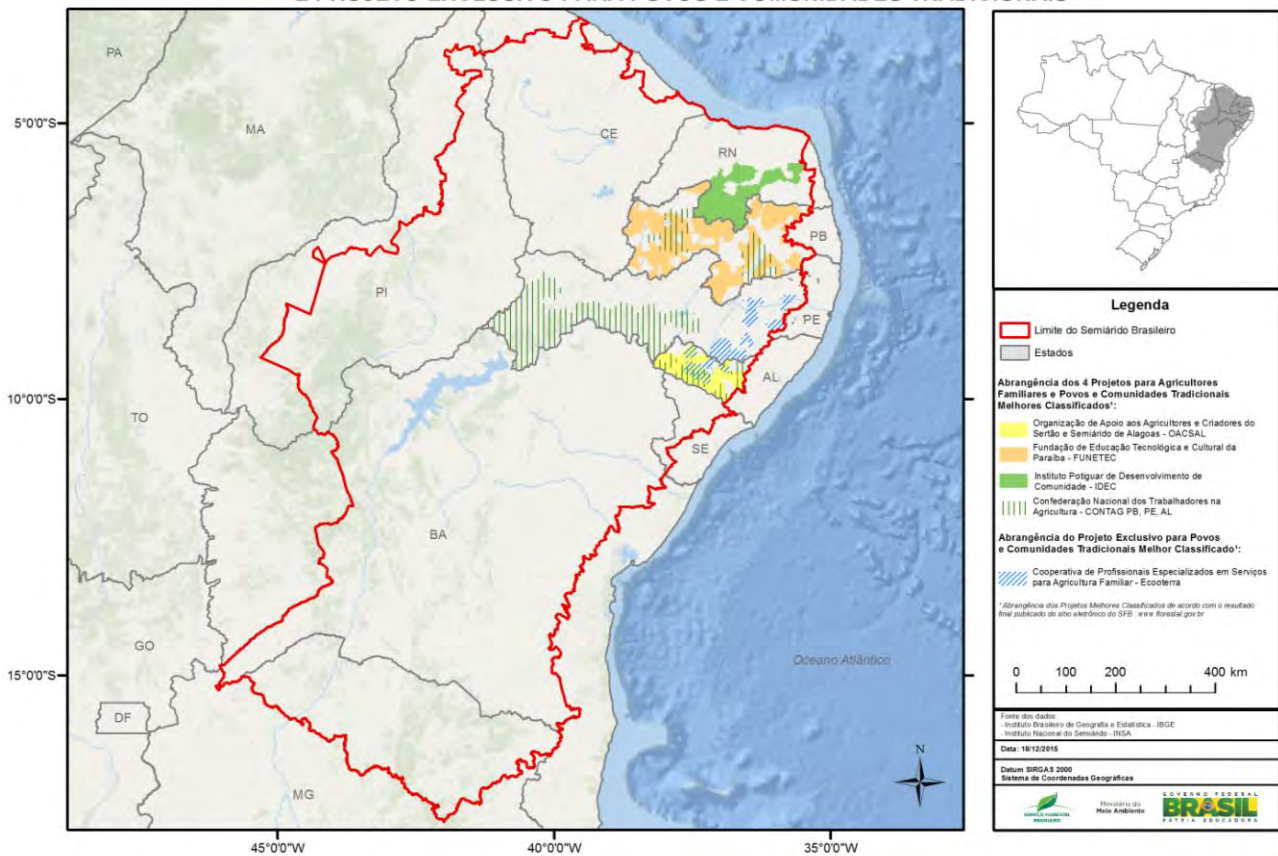
<sup>2</sup> Os projetos não foram concluídos por fatores como: (i) o cancelamento de contratos em decorrência da má prestação de serviço pela instituição contratada (12 projetos); (ii) o não cumprimento do objeto da chamada pública verificado após o início da execução dos serviços (8 projetos); e (iii) pela desistência de instituições beneficiárias (2 projetos).

O Mapa 1 ilustra a distribuição geográfica dos projetos contratados para o Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015, resultado de uma parceria entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o FNDF e o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (FSA/CEF), lançado pela Ministra de Meio Ambiente e pela Presidente da Caixa Econômica Federal no valor total de R\$ 10 milhões, comportando propostas com valores entre R\$ 1,5 e R\$ 2 milhões, cuja celebração das contratações ocorreu em 21 de dezembro de 2015.

O FNDF foi responsável pelo recebimento e seleção dos projetos. Foram apresentadas propostas de 101 entidades. Desse total, 47 entidades foram habilitadas e classificadas com propostas para agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais e duas entidades foram habilitadas e classificadas com propostas exclusivas para povos e comunidades tradicionais. Foram classificados como inabilitados 49 propostas para agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais e três entidades inabilitadas com propostas exclusivas para povos e comunidades tradicionais.

Foram contratados cinco projetos pelo FSA/CEF, os quais totalizam aproximadamente R\$ 9,3 milhões. O SFB ainda executará todo o acompanhamento técnico dos projetos. O repasse dos recursos e monitoramento financeiro é responsabilidade do FSA/CEF.

**RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO FNDF/SFB/MMA Nº 01/2015  
PROJETOS PARA AGRICULTORES FAMILIARES E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS  
E PROJETO EXCLUSIVO PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**



Mapa 1: Distribuição geográfica dos projetos contratados pelo Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 para agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais e exclusivo para povos e comunidades tradicionais.

Continuando na área prioritária de *Fomento à recuperação florestal*, o FNDF apoiou tecnicamente e apoiará financeiramente o FNMA no Edital FNMA nº 01/2015 – Apoio à recuperação de Áreas de Preservação Permanente para a produção de água, localizadas em bacias hidrográficas cujos mananciais de superfície contribuem direta ou indiretamente para o abastecimento de regiões metropolitanas com alta criticidade hídrica. As propostas receberão recursos financeiros, não reembolsáveis. Os biomas envolvidos são Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Amazônia.

Os projetos com valores entre R\$ 1,5 a R\$ 3 milhões estão em processo de seleção pelo FNMA. Essa parceria inclui pelo Ministério do Meio Ambiente, o FNMA, responsável pelo lançamento desse edital, o FNDF, o FNMC e a Agência Nacional das Águas (ANA). Pelo Ministério da Justiça a parceria é representada pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e pela Caixa Econômica Federal, pelo Fundo Socioambiental da Caixa. Os projetos terão a execução iniciada em 2016. O FNDF será responsável pelo

acompanhamento técnico da execução dos projetos, fazendo uso, dentre outros instrumentos, do CAR e pelo repasse total de R\$ 4 milhões, com R\$ 1 milhão/ano para execução dos projetos. A região geográfica e a situação dos editais estão detalhadas na Tabela 5.

Tabela 5: Editais lançados no ano de 2015 pelo FNDF e parceiros.

Edital/Ano	Região geográfica	Objeto	Situação em 01/12/2015
FNDF 1/2015	Nordeste	Apoio às inscrições de imóveis rurais da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais no Cadastro Rural Ambiental na região do Semiárido <sup>3</sup>	Projetos em execução
FNMA 1/2015	Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul	Apoio à recuperação de Áreas de Preservação Permanente para a produção de água	Projetos em contratação

Outra área prioritária no PAAR de 2015, *Promoção do manejo florestal*, estimulou a promoção do uso de espécies florestais pouco conhecidas e com alto potencial de uso madeireiro, de forma a reduzir a pressão sobre as espécies tradicionalmente (nobres) mais procuradas pelo mercado, portanto, mais exploradas e em alguns casos ameaçadas de extinção.

Em parceria com Laboratório de Produtos Florestais (LPF), vinculado ao Serviço Florestal Brasileiro, foi apoiado o Prêmio Madeiras Alternativas 2015 capitaneado pelo Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves/RS (Sindmóveis). Esta ação teve como intuito valorizar a imensa diversidade de espécies brasileiras e contribuir para a divulgação, valorização e o uso sustentável destas espécies.

O vencedor da categoria Madeiras Alternativas, pela criação da peça *Banco Sela* (Imagem 1), Sr. Ricardo Graham Ferreira, premiado com o custeio completo e monitoria pela equipe do SFB em visita técnica a uma área sob concessão florestal em Rondônia. Essa ação fez parte da agenda prevista por parceria entre o LPF e FNDF no PAAR 2015.

<sup>3</sup> O bioma predominante na região do Semiárido Brasileiro é a Caatinga.

A viagem foi custeada pelo FNDF como parte da ação planejada com o LPF para a promoção das madeiras alternativas e do trabalho com manejo florestal executado em áreas sob concessão florestal. O Sr. Ricardo esteve em Itapuã d'Oeste/RO para conhecer as áreas de manejo florestal e de processamento de madeira de duas empresas concessionárias do SFB. De acordo com a programação pensada pela equipe do LPF e FNDF, o Sr. Ricardo visitou uma Unidade de Manejo Florestal (UMF) na área de concessão da empresa AMATA Florestal na Flona do Jamari, acompanhado pela equipe da Unidade Regional Purus Madeira, do SFB de Porto Velho/RO. Também foram visitadas as serrarias da AMATA Florestal e da Madeflona, ambas em Itapuã D'Oeste/RO, concluindo para o ganhador do prêmio a visita técnica em ciclo completo desde o planejamento e execução do Manejo Florestal até o processamento da madeira.



Imagem 1: Peça Banco Sela, vencedor do Prêmio Madeiras Alternativas 2015, categoria Madeiras Alternativas.

## 2. Recursos Aplicados

O FNDF, desde sua regulamentação, em 2010, captou R\$ 27,435 milhões para a contratação direta de projetos florestais. Deste total, aproximadamente R\$ 3,595 milhões foram oriundos do orçamento do próprio SFB, fonte 100, aproximadamente R\$ 13,840 milhões, por meio de parceria com o FNMC com o montante assinado em dois Termos de Cooperação, fonte 280, com parcela de descentralização até 2017 e R\$ 10 milhões através da atuação em parceria com o FSA/CEF.

Em 2015 o FNDF, através do chamamento público regido pelo Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015, realizou a seleção de projetos para contratação com

recursos do FSA/CEF. Apesar de não terem sido previstos no PAAR de 2015, os recursos foram oportunizados a partir de articulação do MMA para apoiar às inscrições de imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Ambiental Rural na região do Semiárido brasileiro. Configurando atividade prevista da Gerência Executiva de Capacitação e Fomento – GECAF do Serviço Florestal Brasileiro, responsável pela gestão do FNDF, constantemente em busca do estabelecimento de novos arranjos e parcerias com fundos e demais instituições de fomento, de forma a apoiar o desenvolvimento de outras atividades florestais sustentáveis.

O Gráfico 2 apresenta o quantitativo dos recursos orçamentários captados pelo FNDF destinados aos projetos executados por ano de empenho/descentralização, conforme a fonte do recurso, até o momento. Destacamos que na fonte FNMC não foi considerado o valor total dos dois Termos de Cooperação, pois há previsão de desembolso para os anos de 2016 e 2017.

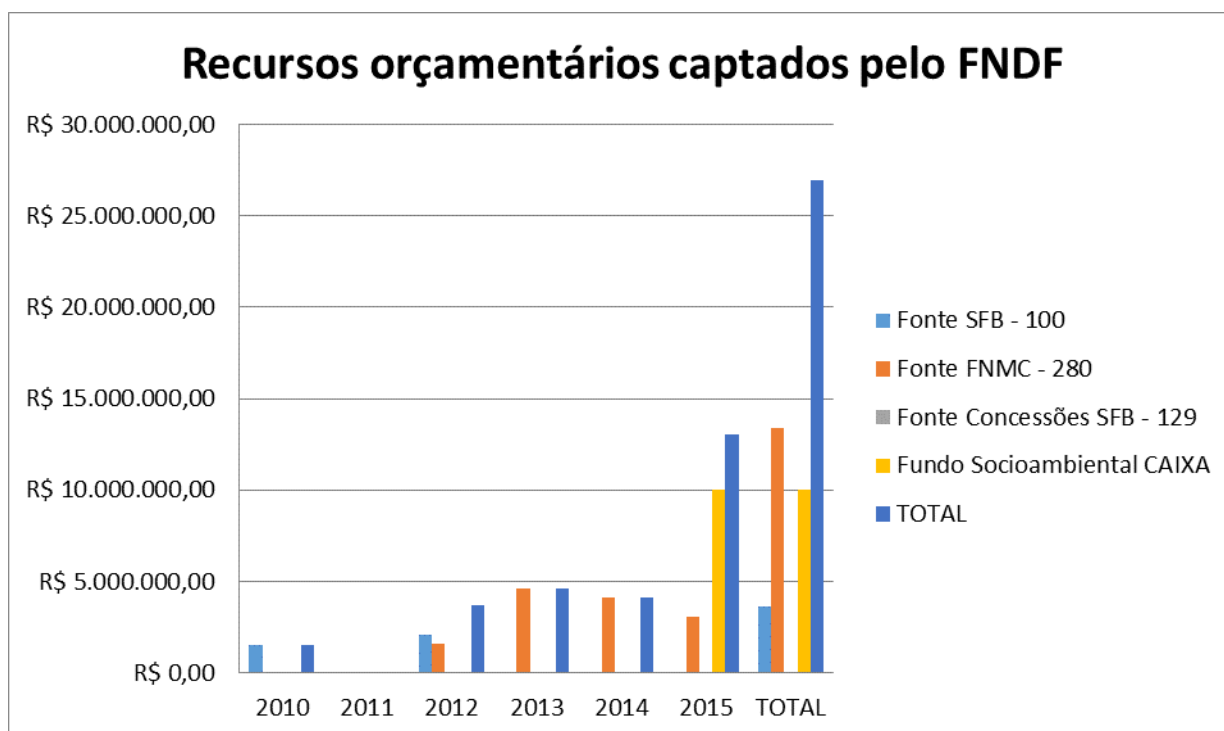


Gráfico 2: Quantitativo dos recursos orçamentários captados pelo FNDF destinados aos projetos executados por ano conforme fonte dos recursos.

O FNDF executa os recursos orçamentários no momento de pagamento dos produtos dos contratos. Dessa forma, verifica-se um descompasso entre os anos de recebimento dos recursos orçamentários com os anos de execução dos recursos



financeiros. Com isso o Gráfico 3 ilustra os recursos financeiros executados pelo FNDF desde 2011 até 31/12/2015, separando as fontes dos recursos.

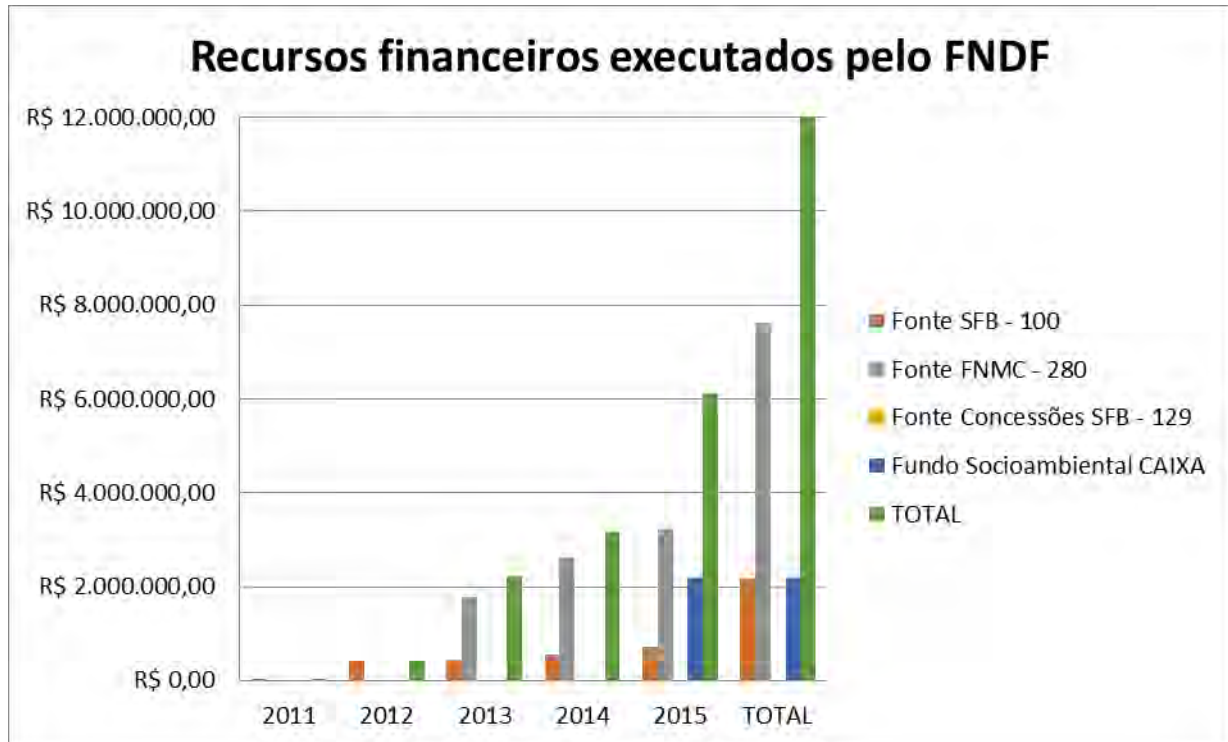


Gráfico 3: Quantitativo dos recursos financeiros executados pelo FNDF por ano conforme fonte dos recursos. O valor pago no ano de 2011 corresponde a R\$ 35.100,00.

Considerando a divisão por biomas, os quais o FNDF apoia projetos, os recursos financeiros executados anualmente (em reais), independente da fonte do recurso, estão descritos na Tabela 6. Observa-se que para o bioma Caatinga foi considerado os desembolsos realizados pelo FSA/CEF para as contratadas as quais assinaram os Acordos de Cooperação Financeira no dia 21 de dezembro de 2015.

Tabela 6: Execução financeira anual do FNDF por bioma, até 31 de dezembro de 2015.

BIOMA	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL					TOTAL/BIOMA
	2011	2012	2013	2014	2015	
<b>Amazônia</b>	-	R\$ 41.900,00	R\$ 220.938,00	R\$ 816.883,61	R\$ 1.942.520,43	R\$ 3.022.242,04
<b>Caatinga</b>	R\$ 35.100,00	R\$ 116.794,65	R\$ 1.867.673,23	R\$ 1.832.703,53	R\$ 3.598.046,52	R\$ 7.450.317,93
<b>Cerrado</b>	-	-	-	R\$ 523.920,00	R\$ 589.410,00	R\$ 1.113.330,00
<b>Mata Atlântica</b>	-	R\$ 253.784,20	R\$ 139.048,64	-	-	R\$ 392.832,84
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 35.100,00</b>	<b>R\$ 412.478,85</b>	<b>R\$ 2.227.659,87</b>	<b>R\$ 3.173.507,14</b>	<b>R\$ 6.129.976,95</b>	<b>R\$ 11.978.722,81</b>

No Gráfico 4, observa-se a distribuição percentual dos recursos financeiros executados pelo FNDF nos biomas com os projetos desde 2010 até 31 de dezembro de 2015, independente da fonte do recurso, considerando também os desembolsos realizados pelo FSA/CEF para as contratadas.

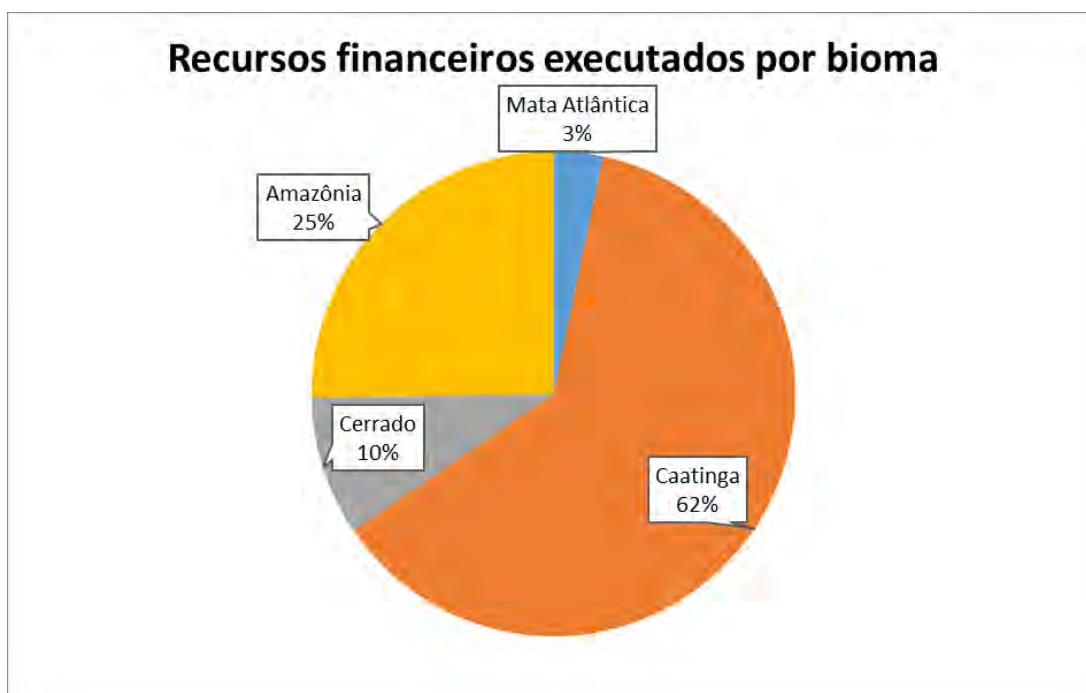


Gráfico 4: Distribuição os recursos financeiros executados pelo FNDF nos projetos por bioma, desde o ano de 2010 até 31 de dezembro de 2015, considerando os desembolsos para as contratadas do Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015.

Para execução orçamentária dos projetos selecionados entre os anos de 2010 e 2015, até 31 de dezembro de 2015, os valores dos contratos celebrados totalizam a monta de aproximadamente R\$ 24,150 milhões investidos por meio da atuação do FNDF, considerando os desembolsos realizados pelo FSA/CEF, em 21 de dezembro de 2015, para as contratadas do Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015. A Tabela 7 compila detalhes das propostas abrangendo as informações das instituições executoras contratadas, sua natureza jurídica, valor inicial dos contratos celebrados, valor do contrato após Termo Aditivo, quando for o caso, valor executado do contrato até 31 de dezembro de 2015 e situação do contrato em 31 de dezembro de 2015.

Tabela 7: Instituições executoras contratadas pelo FNDF, com a natureza jurídica, valor inicial do contrato assinado, valor do contrato após Termo Aditivo, valor executado do contrato até 31 de dezembro de 2015 e a situação do contrato em 31 de dezembro de 2015.

CHAMADA/ ANO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	VALOR INICIAL DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO APÓS TERMO ADITIVO	VALOR EXECUTADO DO CONTRATO, ATÉ 31/12/2015	SITUAÇÃO DO CONTRATO, EM 31/12/2015
1/2010	Engeplus Ambiental Ltda.	Privada	R\$ 119.998,00	R\$ 105.658,24	R\$ 76.377,84	Rescindido
	GERAR – Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional	Privada sem fins lucrativos	R\$ 119.000,00	R\$ 109.480,00	R\$ 71.400,00	Rescindido
2/2010	Guiga & Nogueira Ltda.	Privada	R\$ 263.500,00	R\$ 245.055,00	R\$ 245.055,00	Concluído
	Abril Tour Viagens e Turismo Ltda.	Privada	R\$ 97.157,75	R\$ 89.385,13	R\$ 89.385,13	Concluído
3/2010	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE	Privada sem fins lucrativos	R\$ 234.000,00	R\$ 259.619,88	R\$ 234.000,00	Em execução
4/2010	Flora Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. – Verde Para Sempre	Privada	R\$ 110.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 87.670,00	Concluído
	Flora Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. – Baixo Juruá	Privada	R\$ 254.000,00	R\$ 241.300,00	R\$ 237.236,00	Concluído
	Ecodimensão Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda	Privada	R\$ 298.000,00	-	R\$ 47.680,00	Rescindido

CHAMADA/ ANO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	VALOR INICIAL DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO APÓS TERMO ADITIVO	VALOR EXECUTADO DO CONTRATO, ATÉ 31/12/2015	SITUAÇÃO DO CONTRATO, EM 31/12/2015
1/2012	Aritano Medeiros de Araújo	Privada	R\$ 918.899,00	R\$ 735.636,63	R\$ 643.746,71	Em execução
8/2012	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE	Privada sem fins lucrativos	R\$ 844.900,00	R\$ 865.146,90	R\$ 358.206,90	Em execução
2/2012	Engelplus Ambiental Ltda.	Privada	R\$ 1.007.500,00	-	R\$ 579.796,73	Concluído
3/2012	Guiga & Nogueira Ltda.	Privada	R\$ 942.148,00	-	R\$ 773.426,59	Concluído
4/2012 9/2012	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.995.000,00	-	R\$ 1.995.000,00	Concluído
5/2012	Ecodimensão Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda.	Privada sem fins lucrativos	R\$ 698.000,00	-	-	Rescindido
6/2012	Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 851.160,00	-	R\$ 851.160,00	Concluído
7/2012	Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 550.000,00	-	R\$ 226.864,33	Rescindido
2/2013	Tramitty Serviços Ltda.	Privada com fins lucrativos	R\$ 1.527.672,12	-	R\$ 1.222.137,69	Em execução
3/2013	Roncoletta e Proença Consultoria em Negócios Sustentáveis	Privada com fins lucrativos	R\$ 349.493,50	-	R\$ 349.494,02	Concluído
4/2013	Fundação Pró Natureza – FUNATURA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.309.800,00	-	R\$ 1.113.330,00	Em execução

CHAMADA/ ANO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	VALOR INICIAL DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO APÓS TERMO ADITIVO	VALOR EXECUTADO DO CONTRATO, ATÉ 31/12/2015	SITUAÇÃO DO CONTRATO, EM 31/12/2015
5/2013	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE	Privada sem fins lucrativos	R\$ 890.150,00	-	R\$ 89.015,00	Em execução
			R\$ 1.094.800,00	-	R\$ 109.480,00	Em execução
6/2013	Nordeste Reflore	Privada com fins lucrativos	R\$ 388.000,00	-	R\$ 388.000,00	Concluído
1/2015	Organização de apoio aos agricultores e criadores do sertão e semiárido de alagoas – OACSAL	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.975.650,00	-	R\$ 691.350,00	Em execução
1/2015	Fundação de educação tecnológica e cultural da Paraíba – FUNETEC	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.701.012,80	-	R\$ 479.238,04	Em execução
1/2015	Instituto potiguar de desenvolvimento de comunidade – IDEC	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.712.992,05	-	R\$ 402.387,05	Em execução
1/2015	Confederação nacional dos trabalhadores na agricultura – CONTAG	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.898.349,09	-	R\$ 617.285,78	Em execução

CHAMADA/ ANO	INSTITUIÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	VALOR INICIAL DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO APÓS TERMO ADITIVO	VALOR EXECUTADO DO CONTRATO, ATÉ 31/12/2015	SITUAÇÃO DO CONTRATO, EM 31/12/2015
1/2015	Cooperativa de profissionais especializados em serviços para agricultura familiar – ECOTERRA	Privada sem fins lucrativos	R\$ 1.999.245,24	-	-	Em contratação
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 24.150.427,55</b>		<b>R\$ 11.978.722,81</b>	

A captação de recursos orçamentários acontece anteriormente ao processo de licitação das instituições que realizarão as atividades descritas nos Termos de Referência. Dessa forma, o montante captado de aproximadamente R\$ 27,435 milhões é baseado na estimativa de custos para os projetos a serem elaborados pelas instituições proponentes, que após o processo licitatório, são atualizados para os valores dos projetos contratados e, portanto, é percebida uma diferença de aproximadamente R\$ 3,285 milhões entre o valor captado e o valor contratado, entorno de R\$ 24,150 milhões. Algumas razões explicam essa diferença entre o montante captado e o valor contratado, destacamos a economicidade verificada após a realização do processo de licitação em consequência da modalidade licitatória adotada pelo SFB, pregão eletrônico; ajustes nos desembolsos dos Termos de Cooperação firmados entre o SFB e o FNMC, em decorrência de termos aditivos de redução de valor dos contratos e dos contratos rescindidos; e não utilização integral do recurso disponibilizado pelo FSA/CEF para o Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015, pois a contratação da sexta instituição habilitada e classificada ultrapassaria o montante pactuado para esse edital. O valor da diferença resultante da otimização dos recursos, por efeito do processo licitatório, é replanejado para aplicação em outras chamadas e editais de apoio ao desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis.

Os valores executados em pagamento às instituições executoras dos contratos firmados para atender às chamadas públicas realizadas até 2013 e o edital lançado em 2015 somam, até 31 de dezembro de 2015, aproximadamente R\$ 12 milhões. Este valor corresponde a 43,74% do valor contratado para essas chamadas e para o edital. Dos contratados assinados sete tiveram termo aditivo com redução de valor contratual, dois contratos administrativos foram pagos com glosa, dois contratos tiveram termo aditivo com acréscimo de valor e um contrato foi rescindido sem nenhum pagamento. Resumindo até o momento temos 15 contratos administrativos encerrados, sendo 10 contratos concluídos e cinco rescindidos, dois em contratação, considerando um contrato do Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 e 11 contratos administrativos em execução, levando em consideração os quatros contratos do edital assinados.



### 3. Atuação do FNDF em 2016

#### 3.1 Estimativa de recursos disponíveis

Para o exercício de 2016 está prevista a execução financeira de R\$ 1,575<sup>4</sup> milhão relativos aos projetos selecionados nos anos de 2010, 2012 e 2013, que ainda estão vigentes, assim como os projetos em fase de contratação pelo Edital FNMA nº 01/2015.

Para o Edital FNMA nº 01/2015 os recursos disponíveis são da ordem de R\$ 45 milhões, sendo o aporte financeiro do FNDF, para os próximos 4 anos, é no valor de R\$ 4 milhões, com R\$ 1 milhão por ano, a partir de 2016.

Para o planejamento de ações e contratações em 2016, além da continuidade da execução dos projetos em vigência, está planejado, conforme expresso na Tabela 8, o orçamento de R\$ 1.200.000,00 para aplicação no FNDF.

Tabela 8: Fontes de recursos orçamentários do FNDF.

<b>FONTE</b>	<b>VALOR</b>
100 – Recursos Ordinários	R\$ 200.000,00
129 – Recursos de Concessões e Permissões	R\$ 1.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.200.000,00</b>

Portanto, para o exercício 2016, o FNDF dispõe de R\$ 1.200.000,00 para aplicar em projetos com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento florestal.

Adicionalmente, outras fontes de recursos<sup>5</sup>, conforme estabelece o parágrafo quarto do artigo 41 da Lei nº 11.284/2006, poderão ser captadas para ampliar os quantitativos a serem executados pelo FNDF.

<sup>4</sup> Valor referente aos recursos orçamentários que o FNDF tem previsão de pagamento dos projetos em execução.

<sup>5</sup> Fonte Fundo Clima R\$ 224.390,04 (Termo de Cooperação 01/2012, caso os recursos financeiros empenhados em 2013 percam a validade); Fonte Fundo Clima R\$ 1.341.316,40 (Termo de Cooperação 03/2013); Fonte Fundo Socioambiental Caixa R\$ 9.287.249,18; Fonte FNDF R\$ 1.000.000,00 (Edital FNMA nº 01/2015).

### 3.2 Temas prioritários

Considerando as áreas prioritárias de atuação do FNDF, conforme traz o parágrafo primeiro do artigo 41 da Lei nº 11.284/06, o FNDF focará suas ações na “assistência técnica e extensão florestal”, “recuperação de áreas degradadas com espécies nativas” e “aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais”.

As áreas prioritárias enunciadas serão apoiadas por meio de três temas: (i) Fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa, promovendo a regularização ambiental nos moldes previstos pelo Código Florestal Brasileiro; (ii) Promoção do manejo florestal comunitário e familiar; (iii) Fomento à pesquisa e desenvolvimento florestal de madeiras e materiais alternativos por meio de apoio às pesquisas do LPF/SFB; e (iv) Apoio a outros temas.

#### Fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa

O fomento à ampliação da cobertura vegetal nativa para 2016 leva em consideração a intensa demanda por recuperação dos passivos ambientais mapeados por efeito da execução do Cadastro Ambiental Rural – CAR e as informações, pelos produtores rurais declaradas. O FNDF para 2016 concentrará esforços em atividades relativas à regularização ambiental promovendo em regiões estratégicas o CAR de imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais ou de ocupação coletiva por povos e comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária. Em decorrência da identificação e caracterização das áreas com passivos florestais declarados e com a patente necessidade de recuperação, serão planejadas ações sinérgicas e estruturantes como formação de redes de coleta e entrepostos de triagem e controle de qualidade de sementes para a produção de mudas e formação de centros de referência para possibilitar acesso a insumos nativos para a recuperação/revegetação nos imóveis rurais com passivo ambiental a ser recomposto, contribuindo para implementação do Código Florestal Brasileiro.

Importantes insumos para a recuperação florestal são sementes e mudas de espécies nativas, que precisam estar disponíveis em qualidade e quantidades suficientes. Iniciativas para fortalecer redes de coleta, beneficiamento, controle de qualidade e armazenamento de sementes, assim como para técnicas de produção de mudas, são prioritárias para o fomento em 2016.

O apoio ao tema requer o envolvimento de diversas instituições que contam com instrumentos de fomento além do FNDF, especialmente as instituições públicas e privadas que executam a Assistência Técnica Rural e Florestal, mas que carecem de informações essenciais para facilitar a contratação de projetos, como valores de referência. Neste sentido, é relevante que em 2016 o FNDF promova a sistematização de métricas para modelar a ATER para produção florestal de produtos madeireiros e não madeireiros abrindo o foco para abarcar a produção de sementes e mudas, além da própria execução de ATER para a efetiva recuperação da cobertura vegetal.

### Promoção do manejo florestal comunitário e familiar

O tema promoção do manejo florestal será apoiado por meio de iniciativas para diagnóstico do processo de licenciamento de projetos comunitários e familiares de atividades e transporte dos produtos florestais nos estados. O licenciamento é considerado uma fase primordial à efetiva execução do manejo e comercialização do produto madeireiro. A comparação inicial das obrigações legais entre o licenciamento destas atividades para empresas ou detentores de grande porte, em relação aos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais demonstra que a exigência documental e de forma para apresentação de projetos são bastante similares, enquanto a volumetria é reduzida para o segundo grupo em relação ao primeiro. Esse fator diminui a competitividade ou até mesmo inviabiliza a atividade de empreendimentos florestais familiares e comunitários.

Assim, em 2016 buscar-se-á diagnosticar, compreender e harmonizar os esforços realizados pelos governos estaduais, incluindo as regulamentações, os procedimentos e seus prazos, as equipes e infraestruturas disponíveis, de forma a subsidiar futuras propostas de compatibilização de normas sob a égide estabelecida pelo Código Florestal Brasileiro de obrigatória simplificação de procedimentos para o licenciamento ambiental de manejo florestal para imóveis individuais ou coletivos de até quatro módulos fiscais. A atuação do FNDF nesse ensejo será de forma a apoiar logística e financeiramente as ações da secretaria executiva e da coordenação do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, executado no mesmo *locus* gestor do FNDF, a Diretoria de Fomento e Inclusão Florestal.

Em consonância e de forma a interligar sinergicamente as ações da ATER Florestal, da simplificação de procedimentos do licenciamento ambiental e autorização de

transporte da madeira, bem como de fomentar a comercialização de produtos não madeireiros, por regulamento específico denominados produtos da Sociobiodiversidade – quando trata-se de manejo realizado por comunidades tradicionais e pertencentes à agricultura familiar, serão realizadas pela Gerência, com apoio logístico e financeiro do FNDF, ações de capacitação especializadas para os técnicos extensionistas e para o público beneficiário e alinhadas com a difusão do conhecimento gerado. Adicionalmente, os resultados e relatorias das ações das capacitações realizadas são estratégicas, de forma a consolidar e sistematizar as informações sobre o modo de vida do público beneficiário das ações promovidas pelo FNDF, constituindo dessa forma base de informação para monitoramento, de promoção da autonomia das comunidades famílias assistidas e de potencialização dos resultados das iniciativas.

#### *Fomento à pesquisa e desenvolvimento florestal*

O apoio à pesquisa e inovação de produtos florestais se dará por meio da promoção da diversidade de madeiras tropicais (amazônicas), ou seja, promover o uso de espécies florestais pouco conhecidas, contudo, com forte potencial de uso madeireiro, em continuidade às ações iniciadas em 2015. O LPF vem pesquisando novas madeiras amazônicas e da caatinga, além de materiais alternativos como bambu e compostos inovadores tais como plástico-madeira que permitem associação com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos promovendo tanto o reaproveitamento de resíduos de serraria como a reciclagem do plástico. Essas iniciativas serão apoiadas logisticamente e financeiramente pelo FNDF em 2016.

#### *Apoio a outros temas*

Adicionalmente às linhas de ação previstas para 2016, a Diretoria de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro, responsável pela gestão do FNDF, buscará o estabelecimento de novos arranjos e parcerias com fundos e demais instituições de fomento nacionais e internacionais, de forma a apoiar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis.

### 3.3 Regiões prioritárias

A operação do FNDF para 2016 será ampla, conforme requerem os temas priorizados. Experiências com sementes e mudas florestais como o Programa *Arboretum* no sul da Bahia terão sua atuação ambientada para outras áreas.

A Amazônia e a Caatinga também serão área foco de apoio através da promoção da diversidade de madeiras, com foco naquelas produzidas em concessões florestais federais e por comunidades do nordeste Brasileiro assistidas pelo SFB/FNDF.

Ademais, no caso do estabelecimento de novas parcerias, a exemplo do que ocorreu nos anos anteriores, o FNDF poderá ampliar suas ações de fomento a outros biomas.

## 4. Modalidades de seleção de projetos e forma de aplicação de recursos

### 4.1 Modalidade de seleção

O FNDF, desde sua regulamentação, vem atuando no sentido de selecionar grupos sociais (beneficiários) – e suas demandas – com atuação na área florestal. Para tal, tem recebido projetos de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, conforme estabelece a Lei nº 11.284/2006<sup>6</sup>. Estes projetos são apoiados por meio da contratação de instituições prestadoras de serviços cujo propósito é implementar um conjunto de projetos. Considerando as reflexões acerca da forma de operação do fundo, demonstradas no Relatório de 4 anos do FNDF<sup>7</sup>, percebeu-se que os fatores de sucesso da seleção de beneficiários estão relacionados às características dos temas e dos públicos apoiados. Logo, não deve ser utilizada para todas as operações do FNDF. Portanto, para 2016, o FNDF deve oportunizar suas formas de seleção e contratação de projetos conforme o tema.

Destaca-se que todo processo de seleção de projetos será precedido de ampla divulgação, para tal, serão utilizados os sítios eletrônicos do Serviço Florestal Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente, dentre outros sítios na internet, divulgação junto às

---

<sup>6</sup> Adicionalmente aos recursos previstos na alínea c do inciso II do caput e na alínea d do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 desta Lei, constituem recursos do FNDF a reversão dos saldos anuais não aplicados, doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinadas, inclusive orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

<sup>7</sup> Parágrafo 7º do artigo 41: Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

instituições parceiras, redes de instituições e atores sociais com atuação na área socioambiental e afins. Caso necessário, para o exercício de 2016, serão realizadas oficinas para apresentação e divulgação dos processos de seleção de projetos. Os locais escolhidos serão aqueles com maior potencial de aglutinação de instituições proponentes.

#### **4.2 Formas de aplicação dos recursos**

A depender das características do público e dos temas apoiados, o FNDF poderá aplicar seus recursos das seguintes formas:

- (i) contratação direta de serviços para implementação de projetos selecionados (formas previstas na Lei nº 8.666/93);
- (ii) seleção e apoio a projetos apresentados por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos (convênios e congêneres);
- (iii) estabelecimento de cooperação com outra instituição federal para implementação de projetos selecionados (termos de execução descentralizada);
- (iv) repasse dos recursos do FNDF à um fundo parceiro (termos de execução descentralizada ou destaque orçamentário, no caso de fundos vinculados ao MMA);
- (v) apoio a projetos selecionados via Organismo Internacional (Ex. Projeto FAO BRA 081) e;
- (vi) apoio via projeto de Cooperação Internacional.

#### **4.3 Divulgação de resultados**

Os resultados decorrentes do desenvolvimento das atividades do FNDF, em consequência deste PAAR, serão submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF, bem como dada sua publicidade na página do SFB na Internet ([www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)) e no Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, em conformidade ao disposto no § 6º do art. 41 da Lei nº 11.284/2006.

## 5. Ouvidoria

Para críticas, informações e sugestões quanto ao acompanhamento dos projetos e da execução do Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) por parte do FNDF, o Serviço Florestal Brasileiro disponibiliza sua Ouvidoria, que pode ser acessada a partir dos seguintes canais:

Sítio do Serviço Florestal Brasileiro na Internet: [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)

Correio eletrônico (e-mail): [ouvidoria@florestal.gov.br](mailto:ouvidoria@florestal.gov.br)

Telefone: (61) 2028-7120

Correspondência: Caixa Postal 4349 – CEP 70904-970, Brasília, DF

Atendimento em Brasília: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Lote 4, Bloco H.

(Recomenda-se o agendamento da visita por telefone ou mensagem de correio eletrônico).

## 6. Contato FNDF

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF

Correio eletrônico: [fndf@florestal.gov.br](mailto:fndf@florestal.gov.br)

Telefone: (61) 2028-7263 – Fax: (61) 2028-7237

Correspondência: Caixa Postal 4349 – CEP 70904-970, Brasília, DF.







Ministério do  
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

